



PERCURSO E REFLEXO DO ESQUECIMENTO NA PERSPECTIVA DE PAUL RICOEUR

Path and reflection of forgetting from Paul Ricoeur's perspective

Ozeli Oliveira dos Santos*

RESUMO

O presente texto tem como objetivo trazer para discussão como o processo de esquecimento é refletido no terreno da memória individual e da memória coletiva. Tomamos como base teórica os estudos do filósofo francês Paul Ricoeur, em sua obra “A memória, a história, o esquecimento” edição publicada no Brasil em 2007, especificamente, seu estudo sobre o esquecimento. Neste sentido, buscaremos entender como essas questões se problematizam e quais seus reflexos.

Palavras-chave: apagamento dos rastros; esquecimento; usos e abusos do esquecimento.

ABSTRACT

This text aims to bring to the discussion how the process of forgetting is reflected in the field of individual memory and collective memory. We take as theoretical basis the studies of the French philosopher Paul Ricoeur, in his work “Memory, history, oblivion” edition published in Brazil in 2007, specifically, his study on oblivion. In this sense, we will seek to understand how these issues are problematized and what their consequences are.

Keywords: Erasing the tracks; forgetfulness; uses and abuses of forgetting.

O filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) nos traz, em sua obra “A memória, a história, o esquecimento”, uma análise sobre os caminhos do esquecimento no percurso da memória. No presente texto, deter-nos-emos sobre os rastros esquecidos, os rastros apagados e os usos e abusos do esquecimento na constituição da memória. Essa problemática coloca diretamente a relação necessária entre esquecimento e memória e traz à tona as consequências

* Aluna de mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí. Linha de pesquisa: Filosofia Prática. E-mail: ozelisantos@hotmail.com.

psíquicas e históricas do esquecimento em uma memória individual e uma memória coletiva. Jean Pierre, em sua obra “Mitos e pensamento entre os gregos” (1990), diz-nos que, os gregos colocam entre os seus deuses, paixões e sentimentos: Éros, Aidós, Phóbos, atitudes mentais; Pístis, qualidades intelectuais; Mêtis, erros ou desvios do espírito e, no caso Mnemosyne, memória parece ser especial, muitos fenômenos que nos parecem de ordem psicológica podem ser assim objeto de um culto à memória e uma função muito elaborada que atinge grandes categorias psicológicas, como o tempo e o eu. Ela põe em jogo um conjunto de operações mentais complexas e o seu domínio sobre elas pressupõe esforço, treinamento e exercício¹. “E Mnemosyne, aquela que faz recordar, é, também, em Hesíodo aquela que faz esquecer”. E neste caso, “a rememoração do passado tem como contrapartida necessária o “esquecimento” do tempo presente”. O esquecimento é, pois, uma água de morte. Ninguém pode abordar o reino das sombras sem ter bebido nessa fonte, isto é, sem ter perdido a lembrança e a consciência. Ao contrário, memória aparece como uma fonte de imortalidade.²

O texto será dividido em dois tópicos. Primeiramente, abordará como o esquecimento se constituiu na memória deusa do panteão grego em sua perspectiva dos rastros esquecidos e rastros apagados. Nesse aspecto, Ricoeur nos pronuncia, em primeira abordagem, que em uma faculdade humana o esquecimento se dá de forma reversível e de forma definitiva em uma situação singular do sujeito. A segunda abordagem será acerca do pensamento de Ricoeur sobre a memória como uma faculdade humana que sofre usos e abusos do esquecimento mediante impedimento e manipulação da mesma. Para o pensador francês, aqui o esquecimento atua silenciosamente em sua obra de erosão como na sua obra de manutenção³. Sendo assim, o esquecimento é uma ameaça que pesa sobre a memória como recordação, além, de limite da exigência do conhecimento histórico de providenciar uma narrativa que ligue os acontecimentos passados.

1. RASTROS ESQUECIDOS E RASTROS APAGADOS

Assumindo essa problemática Ricoeur pontua que, antes de qualquer coisa, precisamos entender que o esquecimento é como um dano à confiabilidade da memória, uma fraqueza, uma lacuna e que, sob esse aspecto, a memória se define (2007.p.424). Em contrapartida, para o autor, a memória é uma abordagem pragmática articulada no exercício do lembrar-se, é receber uma imagem do passado e também buscá-la, “fazer” alguma coisa. É o verbo lembrar em par com o substantivo “lembrança” e o que esse verbo designa é o fato de que a memória é “exercitada” (RICOEUR, 2007, p. 71). O esquecimento por sua vez é a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história

¹ PIERRE, 1990, p. 136

² PIERRE, 1990, p. 144

³ RICOEUR, 2007, p.45.

(RICOEUR, 2007. p. 423). Pellauer, em seu livro “Compreender a Ricoeur”, afirma que:

O objeto de ambas é algo ausente, mas no caso da memória não é ausente no sentido de irreal ou fictício, mas no de “ter sido”. O objetivo visado pela memória é, em outras palavras, como disse Aristóteles, “do passado”. Essa característica do passado interessa mais Ricoeur que qualquer outra questão, ligado ao registro ou armazenamento da memória pelo cérebro. Ele pergunta por que é que o que lembramos é lembrado como passado. Além do mais, esse passado lembrado foi outrora real e pode ainda dizer real a sua maneira se nossa ontologia puder incluir e entender essa condição (PELLAUER, 2007.p.149).

Diante de tal problemática, segundo o filósofo francês, é importante considerar que o esquecimento primeiro opera no campo da abordagem cognitiva e que a memória apreende de acordo com sua ambição e segundo pela abordagem pragmática que se refere ao lado operatório da memória, seu exercício é a ocasião da *ars memoriae* (RICOEUR, 2007, p. 424). Ricoeur aponta que:

Desde o comentário dos textos de Platão e Aristóteles, fundamentados na metáfora da impressão na cera, propus distinguir três espécies de rastros: o rastro escrito, que se tornou, no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão, no sentido da afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou, como se diz, chocante; enfim, o rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências (RICOEUR, 2007, p. 425).

Segundo o pensador só se fala deles retrospectivamente, com base em experiência precisas que tem como modelo o reconhecimento das imagens do passado. Ou seja, essas lembranças não foram definitivamente apagadas, mas apenas tornadas inacessíveis. Isto porque, segundo o autor, esquecemos menos do que acreditamos esquecer e o que achamos que esquecemos está guardado em nosso psíquico como as lembranças de criança que não conseguimos lembrar e para lembrar é necessário a “revivescência das imagens” no momento do reconhecimento (RICOEUR, 2007, p. 426-427).

Porém, é no esquecimento definitivo que está a maior ameaça. É contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso e até mesmo imobilizá-lo. Porém, está associado ao inelutável e o irremediável do envelhecimento ou da morte, além, das situações limites em que os órgãos permanecem silenciosos, o discurso científico e o discurso filosófico, na medida em que estes continuam presos nas redes da epistemologia. E a filosofia crítica da história e da memória tampouco se mostra à altura da hermenêutica da condição histórica (RICOEUR, 2007 p. 435). O que neste caso, a problemática biológica, o discurso científico e o discurso filosófico permanece no silêncio do esquecimento. E refletindo os reflexos desse esquecimento Candau defende em sua obra “Memória e Identidade” (2018).

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um

sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese que é a condição necessária a consciência e o conhecimento de si (CANDAU, 2018, p. 59-60) E, ainda, nesse contexto, Candau pontua, que segundo Nicolas Grimaldi, “A consciência de si não seria possível sem a lembrança ou a expectativa, o lamento ou a importância, pelos quais o tempo nos coloca de alguma forma a distância de nós mesmos” GRIMALDI (1993, p. 27. Apud CANDAU, 2018, p. 60). Neste sentido, a lembrança torna-se nosso principal elo de ligação com o nosso próprio eu, é a possibilidade de nos situar e de reconstrução com consciência.

2. USOS E ABUSOS DO ESQUECIMENTO

Uma das razões para acreditar que o esquecimento por apagamento dos rastros corticais não esgota o problema do esquecimento é que muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória (RICOEUR, 2007 p. 452).

É por motivos didáticos ligados a distinção entre memória e reminiscência que temos mantido essa experiência nos limites da repentividade, abstração feita do trabalho de recordação que pode procedê-la. Ora, é no caminho da recordação que se encontram os obstáculos para o retorno da imagem que ficou gravada na memória. (RICOEUR, 2007 p. 452).

Na *memória impedida* além dos níveis psicopatológicos à problemática do esquecimento está sobre tudo e de grande alcance no plano de uma memória coletiva carregada de história. (RICOEUR, 2007, p 452). Neste caso, para melhor compreender como acontece esse processo de impedimento e manipulação da memória primeiro nos situaremos na noção que Ricoeur traz de memória individual e memória coletiva de acordo com Silva.

Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, interpreta a relação memória individual e passado histórico através da noção do “mundo dos predecessores”. Essa mediação corresponderia a um tempo “anônimo”, situado “a meio caminho entre o tempo privado e o tempo público”. Esse novo tempo se constitui através de narrativas dos acontecimentos históricos que, em geral, são transmitidas diretamente de gerações a gerações. Em análises sobre a memória coletiva, Ricoeur ressalta o papel da linguagem como portadora da memória. É através de uma narrativa, de uma espécie de narração da memória que essa mediação linguística se processa. “Longe de se deixar inscrever num processo de derivação, a partir de uma consciência originalmente privada, ela é, de início, de natureza social e política”. (SILVA, 2002. p. 429).

Neste sentido essa noção de mundo no âmbito individual e coletivo constituem ambos através de narrativas no campo do privado e do público. Silva também nos traz que segundo Ricoeur, a transmissão da memória à história processa-se, pelo mesmo médium linguístico da narrativa, o qual organiza, “met en intrigue”, tanto as lembranças pessoais como as lembranças coletivas”. No entanto, em razão mesmo de sua função crítica, cabe à história remediar e corrigir, ao mesmo tempo, as fragilidades e os abusos da memória (SILVA, 2002, p.431).

Logo esquecimento, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente a história da memória é capaz de trazer a luz (RICOEUR, 2007 p. 455). Porém, segundo Candau (2018, p. 125), não satisfazer o dever da memória é expor-se ao risco do desaparecimento.

No âmbito da *memória manipulada* as formas de esquecimento se distanciam das camadas profundas do esquecimento e se manifestam de maneira mais ampla entre o pólo de passividade e de atividade o que está mais ligada a recordação de eventos que podem ser manipulados, principalmente, por via ideológica, e ainda, a problemática do cruzamento da memória com a da identidade (RICOEUR, 2007 p. 455).

Ainda neste contexto segundo Ricoeur os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento, por causa da função mediadora da narrativa, é impossível lembrar-se de tudo, assim como, narrar tudo, ou seja, é necessário negociar o que lembrar e o que narrar (RICOEUR, 2007 p. 455).

A configuração da narrativa oferece estratégias que suprem, deslocam e refiguram a ação, podendo assim ser uma armadilha, quando potências superiores usam desse meio para composição de intrigas e impõem uma narrativa canônica. Porém, essa é uma forma ardisosa que não existiria sem uma cumplicidade, uma má-fé, uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, ou seja, um querer não saber. Logo esse comportamento pode ser classificado de esquecimento passivo (RICOEUR, 2007 p. 455).

Ricoeur também defende que mesmo diante do não agir, da imprudência e da omissão dos fatos, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que pode encontrar o caminho da reconquista pelos os agentes sociais em sua capacidade de fazer narrativa, onde cada um em sua memória encontra outros capazes de reconfigurar a narrativa com responsabilidade, aceitável e inteligível o que pode ser feito na história do tempo presente pelo historiador (RICOEUR, 2007 p. 456).

Nesse contexto outro ponto importante do esquecimento é o esquecimento institucional, que é dado pela *anistia*. Para o autor, ela tem um alcance que põe um fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil; guerras civis, episódios revolucionários, visa uma categoria de delitos e crimes cometidos por ambas às partes (RICOEUR, 2007 p. 460). No entanto, tal amnésia comandada só pode responder a um desígnio de terapia social emergencial, sob o signo de utilidade e não da verdade (RICOEUR, 2007 p. 462). Nessa ocasião, o processo dado pela anistia fica enquadrado em uma perspectiva de esquecimento coletivo porque se dá no âmbito das relações sociais e políticas e de certa forma não repara o mal causado.

Para Ricoeur (2007, p. 460-462), o processo de anistia opera pelo pacto secreto com a denegação da memória ela se aproxima de uma amnésia e põe a relação com o passado fora do campo em que a problemática do perdão encontraria com o dissenso seu justo julgar. Em suma, é uma ação política amparada pela legalidade, atende o desejo do Estado, mas desemboca em

um esquecimento coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto aqui exposto, Ricoeur nos conduz a problemática do esquecimento pelos fenômenos mnemônicos: primeiro pelo destino dos rastros mnésicos, o que resulta em esquecimento profundo por apagamento dos rastros, o que nos faz entender que essa categoria de esquecimento não é definitiva. Já no rastro psíquico o que leva a ideia de esquecimento definitivo atribuível a um apagamento dos rastros o que está associado à ideia de que não podemos lembrar de tudo em decorrência dos fenômenos biológicos.

Olhando para tais questões é importante constatar que a problemática do esquecimento por apagamento dos rastros é uma condição natural do cérebro humano, porém, seria possível uma persistência dos rastros pela duração e permanência do que está ausente mesmo em sua profundidade temporal, o que pode ser feito pelo reconhecimento do ausente. Neste caso, o esquecimento está em uma perspectiva individual nos limites biológicos e segundo em uma perspectiva coletiva como é o caso da anistia.

Segundo o filósofo francês, a anistia é uma prática de esquecimento por imposição executada pelo o estado que visa estancar conflitos, esquecer crimes de grandes proporções com intuito da paz social, ela atua como uma forma de perdão que é pertinente para o campo jurídico e político. Entretanto, prejudica a verdade e a justiça, o que não está no nível do político, mas no nível do cidadão.

Em uma passagem do “De tranquillitate animi”, Candau (2018, p. 126) nos traz os que não guardam em suas memórias as do passado e nem evocam, mas deixam desaparecer pouco a pouco, na realidade se tornam desprovidos e vazios, suspendendo o amanhã uma vez que o ano anterior, a antevéspera e a véspera não lhes concernem e não lhes hão em absoluto pertencido.

REFERÊNCIAS

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**. Tradução Marcos Penchel. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia. Editora Contexto, São Paulo, 2018.

LAUXEN, Roberto Roque. Os cem anos de nascimento de Paul Ricoeur: Uma biografia intelectual. **Revista de Filosofia**, v, n. p.1-25, 2015.

SILVA, Helenice Rodrigues da, “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da

memória”. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, nº 44, 2002.

VERNAN, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Tradução de Haiganuch Sarian. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo 2002.